

---

---

**REVISTA****CERES**

---

---

**DIRETORES**

Setembro de 1952 a Dezembro de 1952

Prof. Edson Potsch Magalhães  
Prof. Arlindo P. Gonçalves  
Prof. Joaquim Matoso  
Prof. Jurema Soares Aroeira  
Prof. J. M. Pompeu Memória**VOL. IX****N. 50**

VIÇOSA — MINAS

Caixa Postal, 4—UREMG—E. F. Leopoldina

---

---

# Teses & Antíteses (\*)

---

---

DJACIR MENEZES

(Da Faculdade Nacional de Filosofia).

**Escola Superior de Agricultura de Minas Gerais.**

Quem vive com os olhos pregados em livro, estudando economia teórica e colhendo a realidade através dos dados estatísticos, tem suas razões para admirar, depois de uma noite e uma manhã de poeira, na estrada de ferro, a Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural de Minas Gerais. Um oásis de energia tranquila, com um grupo de professores aplicados à especialidade, na dedicação dos que trabalham sem alardes, na grande consciência de sua força futura nos destinos nacionais.

A moldura natural onde se plantou a Escola já sofreu a ação transformadora do homem. O modificador de paisagens, através das técnicas modernas, cientificamente inspiradas, vai atestando o valor do ensino agrônômico. Falei em oásis porque lembrei o insulamento. Os meios de comunicação ainda não facilitam a ligação que o centro está a exigir. A própria cidade de Viçosa ressent-se das dificuldades. Mas não foram essas, as questões que nos atraíram à Escola.

## Relações entre Indústria e Agricultura

O convite que a ilustrada Congregação me transmitiu, através do professor Edson Potsch Magalhães, chefe do De-

---

(\*) Palestra proferida no Clube Ceres.

partamento de Economia Rural daquela Escola, foi para que realizasse uma palestra sobre assunto em que já havíamos trocado idéias: *as relações entre Agricultura e Indústria nos países sub-desenvolvidos*.

Com as notas que coligi, misturadas de dados estatísticos adequados, conversei, durante 60 minutos intransponíveis, sobre os pontos essenciais do tema. Não posso reproduzir agora e aqui, como desejaria, o que disse naquele momento; mas posso reproduzir as idéias expendidas e debatidas. É o que tentarei fazer nas notas que seguem

### Um esquema orientador

Para orientar as considerações, partimos de um esquema fundamental muito conhecido. As atividades econômicas, em qualquer comunidade, podem ser consideradas como: a) *primárias* — as que consistem na aplicação do esforço humano à terra e à criação, formas iniciais de produção em torno das quais gravitou a vida das sociedades agro-pastoris; b) *secundárias* — as atividades industriais, no sentido estrito, criadoras por ação transformativa mais intensamente humana, implicando conhecimentos científicos, que se aprofundam, abrindo o ciclo da vida econômica representada pelo capitalismo moderno; c) *terciárias* — as atividades de organização, de comércio, de profissões. Esta última poder-se-ia subdividir em dois grupos: as atividades de *tipo comercial* (distribuição e circulação de produtos) e as de *tipo cultural* (profissões que se formam para interpretação, orientação, aperfeiçoamento, cooperação na organização das atividades anteriores).

Um exame rápido mostra logo, através da classificação, a idéia de Adam Smith quando discriminou o trabalho *produtivo*, que criava materialmente os bens destinados aos mercados, e o *improdutivo*, que abrangia as profissões alheias àquele processo: o trabalho do guarda-livros, do escritor, do advogado, do técnico de psicologia industrial, etc.

Não se pode, sumariamente, indicar a classe terciária como parasitária. A mais ligeira observação revela o valor daqueles coeficientes intelectuais na produção da riqueza material, que se torna incomparavelmente dependente do estudo científico. Será um truismo insistir em matéria tão evidente. O crescimento da camada terciária está condicionado ao próprio desenvolvimento da produção que reclama o concurso dos técnicos das mais variadas procedências. Em todo caso, verifica-se que há mais oportunidade, dada as suas con-



dições especiais, de facilitar a formação de resíduos parasitários, — isto é, de elementos de eficiência reduzida ou nula.

Como poderíamos ver, através desse esquema, a fisionomia econômica do Brasil? Qual seria o seu retrato demográfico apanhado daquele ângulo?

Nada mais fácil do que colher, no Anuário Estatístico do I. B. G. E. os dados essenciais para composição do retrato.

## O retrato econômico

Os dados são objetivos — e deveriam dar uma só fotografia. De fato, só nos dará uma. Mas a interpretação é subjetiva. E o retrato toma cores diversas. Vou citar apenas dois retratos coloridos por duas interpretações diferentes, ambas ministeriais, autorizadas ambas: a do ex-Ministro Daniel de Carvalho e a do Ministro João Cleofas.

Primeiro vejamos as linhas do retrato sem as cores interpretativas. Do censo de 1940 resultam os dados seguintes: nas atividades primárias e secundárias distribuir-se-ia uma população de cerca de 11,8 milhões; só nas atividades primárias, retirar-se-ia daquele total 9,5 aproximadamente. Nas atividades terciárias, 17,4 milhões. Sobre a população total, apenas 28% estão nas atividades primárias e secundárias; se considerarmos em relação à população ativa, temos 46% absorvidos na agricultura, na pecuária, na indústria.

Os dados referentes ao parque industrial e aos elementos do trabalho agrícola são bem conhecidos, divulgados por excelentes monografias de técnicos do I. B. G. E. Não vamos transladá-los para cá.

Com mais alguns dados, o ilustre dr. Daniel de Carvalho inclinou-se pelos tons róseos — e deu-nos um Brasil agrícola bem fagueiro: “caminhamos para uma estrutura agrícola baseada na média e na pequena propriedade rural, fundamento sólido da paz social e de um padrão de vida elevado da população”; “as cifras desmentem a um só tempo a fábula da decadência de nossa produção e o romance da sobrevivência de economia colonial baseada no suprimento de mercados exteriores”; “nunca houve propriamente monocultura”; “só dependemos do exterior para completar nosso suprimento de trigo”; aí estão, como riquezas efetivas e permanentes... as culturas de cana, café, fumo, cacau, algodão, milho, feijão, arroz, e mandioca, *além de um dos maiores rebanhos do mundo*”. (Cf. Daniel de Carvalho, *A Estrutura Agrária do Brasil*, I. B. G. E., 1949).

Tudo mui lindo. A realidade, porém, transpareceu com nitidez, na conferência do Ministro João Cleofas, êste ano, na Sociedade Rural Brasileira, de S. Paulo e publicada no "Digesto Econômico" de março.

### O outro retrato, o verdadeiro.

Lendo as mesmas estatísticas, o sr. João Cleofas não hesitou em encarar a realidade do quadro que todos desejamos melhorar. A população rural do Brasil sobe a mais de 3/4 da população total. Pois essa massa de gente possui apenas 1/4 da área cultivada. Mil e duzentas e tantas propriedades cobrem uma área imensa de 33 milhões e meio de hectares.

"Descendo ao exame da distribuição da propriedade rural nos vários Estados do Brasil — diz João Cleofas — constatamos que, em alguns dêles, *grande parte dos pequenos proprietários possuem parcelas ínfimas de terra, tornando sua produção absolutamente anti-econômica*".

Quanto ao aumento da pequena e média propriedade, que se deve fortalecer em benefício da estabilidade social, o que se está verificando é o inverso do que todos insistimos como base de uma política rural: a concentração cresce. Se crescesse no sentido de produção de suas bases capitalistas, criando grandes domínios de agricultura mecanizada, os efeitos benéficos se fariam sentir nos mercados nacionais. Mas não é isso que se passa.

"Ora, em números absolutos — escreve João Cleofas — 148.621 grandes proprietários, isto é, apenas 5% dos habitantes do campo são donos de quase 3/4 da área total das propriedades agrícolas".

### Mercado interno e Agricultura.

A constituição de um vigoroso mercado interno é a premissa do crescimento da nossa agricultura e indústria: e para isso surge, de início, o problema da organização de nossos meios de comunicação e transportes. Já houve quem dissesse que "governar era abrir estradas". Essas simplificações são boas para entusiasmos fáceis de comícios. Na realidade, tôdas essas questões se entrozam, numa rede de interdependências: e a economia brasileira exige uma planificação de seus problemas, para que se inicie uma ação de conjunto.



Não basta abrir estradas: mas abri-las onde a região econômica reclama o escoamento. Quase todo problema econômico, no seu aspecto teórico, se resume em escolha de alternativas: quais as que dão maiores rendimentos com menos dispêndio de energias humanas e capitais, que são também energias acumuladas?

Por que nossa agricultura gravitou no sentido da exportação? Evidentemente atraída pela remuneração proporcionada pelos mercados externos. A produção interna foi sempre limitada pela extensão dos mercados e consumidores existentes dentro do país. Os produtos de exportação foram estimulados — e as camadas sociais ligadas à sua exploração tiveram mais oportunidades na sua organização. A importação de artigos de luxo pelos grupos que dispõem de fontes de altos réditos, em países sub-desenvolvidos, oriundos do comércio exterior, é fenômeno normal, conforme verificaram os técnicos das Nações Unidas (Cf. *Métodos de financiamento do desenvolvimento dos países sub-desenvolvidos*, Nações Unidas, 1949).

## Remédio

Clamam, com certa ingenuidade, pelo incremento às inversões de capital na atividade agrícola.

À primeira vista, julgam que é apenas questão de propaganda. Mas os que dirigem o capital não se deixam levar por sugestões promovidas pelo rádio, pela imprensa, por solicitações filantrópicas. São homens experientes e práticos, habituados à realidade dos seus próprios negócios.

Assim, o capital não se move por palavras, mas com fatos. E os fatos são as retribuições que pode auferir, aliados às condições de segurança que possa encontrar. Não se faz mover uma máquina recitando-lhe uma lição sobre força dos gases; também não se desloca o capital pintando-lhe a necessidade de reerguer a agricultura. Então que se deve fazer? Só os tolos passam a vituperar a cruzeza das leis que regulam os movimentos dos capitais. Os que estudam devem ter métodos mais sensatos: o de perquirir quais aquelas leis — e, depois, de transformar aquelas *leis* em *normas*, isto é, em diretivas de conduta, em mandamentos de ação. Que se estudem as condições que assegurem facilidades de escoamento, de mercados crescentes: e só o Governo, pelos métodos próprios do Estado, está em condições de assentar as bases dessa política.

Enfim, no *equilíbrio estacionário* em que tendem a permanecer os sub-desenvolvidos, torna-se necessário um esforço inicial, um impacto, que force a marcha. Nós estaríamos nessas condições — e os impactos já nos vieram durante a segunda guerra mundial. Temos que sair da situação — para a industrialização iniciada.

### De que maneira?

O lançamento das bases industriais do país encontrou, ao tempo da iniciativa de Volta Redonda, os agouros dos pessimistas. Ali está o marco de partida: só vale apenas olhar para traz se for no intuito de persistir na marcha.

Porque o velho antagonismo decantado por estranhos, entre nações agrárias e industriais, para harmonia do comércio internacional, não entôa mais os ouvidos dos que estudam. Nossa agricultura está a depender do desenvolvimento industrial. Ela vai pedir seus instrumentos de trabalho à Indústria. Não podemos viver de acúmulos de divisas externas para importar máquinas.

Já andamos muito adiantados no caminho para ouvir tais cantigas. Mesmo que as cantigas sejam afinadas pelo diapasão universitário, como a que nos veio fazer, com grande proficiência e subido valor intelectual, o economista Jacob Viner.